





INDICAÇÃO DE PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_/2024

Campo Largo, 07 de janeiro de 2024.

Assunto: Indicação de Projeto de Lei.

## Súmula:

"Estabelece critérios para a autorização de construções mediante concessão de alvará provisório em áreas em processo de regularização urbanística e fundiária no Município de Campo Largo e dá outras providências."

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO, Estado do Paraná, APROVOU e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Esta Lei tem por objeto definir critérios para a autorização de construções em áreas urbanas e periurbanas do Município de Campo Largo que estejam em processo de regularização urbanística e fundiária.

Art. 2º Para fins desta Lei, fica instituído:

- I Autorização provisória para construção: edificações que atendam todas as licenças e autorizações, atendem a critérios mínimos de segurança, sanidade e sustentabilidade nos termos da lei municipal 3003/2018, que dependam de complementação documental para expedição definitiva do CVCO.
- II Regularização fundiária: processo administrativo e jurídico que tem como objetivo integrar áreas informais ao contexto legal, garantindo o direito social à moradia, o desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e o cumprimento da função social da cidade.

RUA SUBESTAÇÃO DE ENOLOGIA, 2008 - CEP 83601-450 - CAMPO LARGO - PARANÁ

Art. 3º A autorização provisória para construção será concedida mediante:

FONE: (41) 3392-1717

E-mail: cmcampolargo@cmcampolargo.pr.gov.br

Home page: www.campolargo.pr.leg.br

59/2024







- I Comprovação de entrada no processo de regularização fundiária junto ao Município, usucapião, retificação de área;
- II Avaliação técnica que certifique a segurança da edificação;
- III Compromisso de adesão às futuras diretrizes urbanísticas definidas no processo de regularização;
- IV Compromisso de não expandir ou modificar a construção sem previa autorização durante o período de regularização.
- **Art. 4º** O alvará provisório terá validade 24 meses a partir da data de sua autorização, prorrogável por 12 meses, desde que justificado e comprovado o andamento do processo de regularização.
- **Art. 5º** Ao término do prazo estabelecido no Art. 4º, sem que a regularização tenha sido concluída, a Prefeitura poderá:
- I Prorrogar a autorização, desde que comprovada a evolução do processo de regularização;
- II Notificar o proprietário para adequação ou demolição da construção;
- III Proceder com as ações legais cabíveis.
- **Art. 6º** A Prefeitura de Campo Largo estabelecerá, por meio de regulamento próprio, os procedimentos para solicitação de autorização de construção provisória, bem como a documentação necessária.
- Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pedro Alberto Barausse

Vereador